

LICENCIAMENTO AMBIENTAL E OS IMPACTOS NAS EDIFICAÇÕES DA ZONA CENTRAL HISTÓRICA DE ALTAMIRA, PARÁ

Thiago Peralta Guerra¹

¹ Arquiteto e Urbanista, especialista em arqueologia, é funcionário da empresa Scientia Consultoria Científica, trabalha com patrimônio cultural, principalmente edificado, dentro dos processos de licenciamento ambiental. E-mail: thiguerra@yahoo.com.br

LICENCIAMENTO AMBIENTAL E OS IMPACTOS NAS EDIFICAÇÕES DA ZONA CENTRAL HISTÓRICA DE ALTAMIRA, PARÁ

RESUMO

A construção da UHE Belo Monte impulsionou a economia da região do Baixo Xingu provocando inúmeras alterações nas áreas afetadas pelo empreendimento. Surgiu um mercado imobiliário especulativo que desencadeou uma nova configuração urbana, com acelerada transformação da arquitetura local. Principalmente em Altamira, cidade da qual trata esta comunicação, onde até há pouco tempo a situação era bem diferente. A economia estava desaquecida e os imóveis sofriam desvalorização constante. Em 2010 teve início o levantamento do patrimônio cultural do Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, desenvolvido pela Scientia Consultoria. Observou-se o rápido aquecimento do mercado com a chegada da hidrelétrica e de uma grande quantidade de trabalhadores. Esta demanda impactou de forma geral as construções, atingindo também as edificações de interesse à preservação. As “casinhas” da Zona Central Histórica, de arquitetura popular, simples, cotidianas, geralmente desprezadas, padeceram com a especulação imobiliária. Algumas foram descaracterizadas ou até demolidas, dando lugar a pousadas, hotéis e restaurantes. Diante disso, perguntamos: quais medidas deveriam ter sido tomadas visando à preservação das poucas edificações históricas restantes em Altamira? Como evitar, nos próximos projetos, o desaparecimento da memória contida nos centros históricos brasileiros no âmbito do licenciamento ambiental? Como sanar a desinformação e repulsa da maioria dos proprietários a respeito da preservação dos imóveis? Como exemplo, em Altamira, um morador retirou os ornamentos da fachada de sua casa por achar que havia “risco” da residência vir a ser tombada, impossibilitando-a de qualquer nova intervenção.

ABSTRACT

The construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant boosted the economy of the Lower Xingu region causing many changes in the affected areas by the project. A speculative housing market emerged and triggered a new urban setting, with accelerated transformation of the local architecture. Especially in Altamira, a city which handles this communication, where until recently the situation was quite different. The economy not was warmed and the buildings suffered constant devaluation. In 2010 began the survey of the cultural heritage of the Study Program, Preservation, Revitalization and Enhancement of the Historical Heritage, Cultural and Landscaped of the Belo Monte Hydroelectric Plant, developed by Scientia Consultoria. It was observed in the market a rapid heating with the arrival hydroelectric and a lot of workers. This demand impacted in general aspects the buildings, also reaching the buildings of preservation interest. The "little houses" the Historic Center, of popular architecture, simple, daily, often overlooked, suffered with land speculation. Some were disfigured or even demolished, giving way to hostels, hotels and restaurants. Then, we ask: what steps should have been taken aiming to preserve the few remaining historic buildings in Altamira? How to avoid, in the next projects, the disappearance of memory contained in Brazilian historical centers within the environmental licensing? How to remedy the misinformation and disgust of the majority of owners with respect to the preservation of the property? How, for example, in Altamira, a resident removed the

ornaments of the facade of his house because he thought there was a "risk" of the house be overturned, preventing it of any new intervention.

PALAVRAS-CHAVES:

Preservação – Patrimônio Edificado – Impacto Ambiental – Especulação Imobiliária

KEYWORDS:

Preservation - Architectural Heritage- Environmental Impact - Real Estate Speculation

INTRODUÇÃO

Vários são os signos buscados em grandes e pequenas cidades, com objetivo de fortalecer a história local. Pode ser um nome de rua, uma praça, a história de uma personalidade, edificações antigas ou recentes, elementos cotidianos, passíveis de observação, passíveis de tornarem-se culturais impregnados de simbolismo histórico e identitário, expressões da interação entre o ser humano e o meio em que vive.

Essas expressões, traduzidas de forma material, são entendidas enquanto parte da cultura, cuja somatória de conhecimentos é passada de geração em geração, em constante transformação, caracterizando, como analisa Bessegato (2004, p.35), “[...] um processo dinâmico que se cria e recria no cotidiano, em busca da solução das dificuldades que cada sociedade ou indivíduo enfrenta”.

Dentro deste processo tem-se a inserção de indivíduos de grupos sociais distintos, com papel de reconhecer o valor dos bens e elevá-los a patrimônio. Segundo propõe Antônio Carlos Valera:

O patrimônio é algo que é valorizado como tal, que é patrimonializado, ou seja, que em determinado momento e espaço histórico é investido de um conjunto de valores que o elevam à categoria de elemento patrimonial. Significa que o patrimônio é uma construção contextual que se gera nas relações sociais. (VALERA, 2008, p.14).

Para tal reconhecimento, é fundamental que os grupos sociais envolvidos tornem-se sensíveis a carga simbólica que os elementos da cultura exprimem. No entanto, o desafio é potencializado quando uma comunidade é, em geral, alheia aos bens que constituem símbolos de sua história, mais antiga ou mais recente. Como exemplo, podemos citar o município de Altamira, no sudoeste paraense, cujo interesse em preservar tais bens, provenientes dos diversos ciclos econômicos pelos quais já passou é frágil ou ínfimo por parte de seus municípios.

Altamira é um lugar de constantes transformações regionais marcadas, inicialmente, por cinco grandes ciclos históricos segundo Umbuzeiro (2012), dentre os quais este artigo se refere ao último, o 5º Ciclo (a partir de 2011) que trata da construção da hidrelétrica de Belo Monte na Volta grande do Xingu. Os demais ciclos foram resultantes da chegada dos jesuítas, da extração da borracha, da castanha e da construção da BR-230, a Transamazônica.

O reflexo dos ciclos econômicos nas construções é marcante, pois é possível observar, por exemplo, as edificações resultantes da riqueza dos seringalistas; o esforço das camadas mais populares por uma “modernização” de suas habitações ainda que com recursos limitados, por meio de soluções vernaculares; a instalação de agrovilas, habitações planejadas e a modificação das construções ao longo dos anos, uma vez que, com o progresso e facilidades, elas já não oferecem conforto dentro das novas concepções do bem morar, ou mesmo das condições financeiras do

proprietário, passando por reformas ou degradação até o dia de sua ruína, como analisa Lemos (2010).

Assim, a identidade expressada em uma edificação como em outros signos, não é engessada, não permanece fixa ao longo do tempo. As transformações ocorrem de forma gradual e esperada, situação que muda bruscamente na esfera dos grandes empreendimentos cujos impactos acelerados afetam diretamente o traçado urbano e os bens que o compõe.

Altamira é uma cidade relativamente recente, mas a partir do momento em que passou a existir, considerando a memória coletiva, já inicia a configuração de sua história, por isso o bem selecionado assim o é também independente de sua idade.

Os impactos do 5º Ciclo desencadearam fatores comuns em cidades que recebem empreendimentos equivalentes: crescimento desordenado, inchaço populacional e de veículos, a mistura de sotaques, comidas e saberes; aumento nas construções de grande porte, demolição ou descaracterização de casas antigas para atender a grande massa de migrantes em busca de um sonho, dentre inúmeros outros fatores.

Lançando mão de um destes fatores, as “casinhas” mais simples são derrubadas ou vão dando lugar a pousadas ou remodeladas para função de hotéis e restaurantes, problemáticas que não escapariam a rotina normal de uma cidade, não fosse pela aceleração de uma nova realidade social.

De um modo geral, o patrimônio histórico no Brasil vive ameaçado por uma série de razões entre eles: a falta de técnicos para fiscalização dos bens, principalmente no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Federal (IPHAN); a falta de comprometimento por parte da população para proteção do patrimônio, efeito certamente da ausência de uma educação voltada para tal que resulta em depredação, furto de peças de valor histórico; e falta de empenho de órgãos estaduais ou municipais, uma vez que nem tudo deve ser competência do IPHAN.

METODOLOGIA

A Scientia Consultoria Científica vem executando o Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural da área de influência da UHE Belo Monte desde Setembro de 2010, como parte do Plano Básico Ambiental (PBA) Cultural deste empreendimento.

Dentre as áreas estudadas a Zona Central Histórica-ZCH (TECHNUN, 2010, v.1, p.14) e a Zona da Orla-ZOR (TECHNUN, 2010, v.1, p.14) localizadas na sede de Altamira, estão inseridas na Área de Influência Direta (AID) da Hidrelétrica de Belo Monte. Nestas áreas, o patrimônio arquitetônico histórico foi mapeado e registrado com recolha de testemunhos orais, levantamento gráfico e fotográfico, a partir de critérios que extrapolaram a monumentalidade, critério clássico de um passado recente.

A originalidade, os sistemas construtivos aplicados como solução arquitetônica, a história contada ora pelos proprietários ora por anciãos do lugar, foram os critérios que permitiram a realização do processo de investigação dos bens culturais edificados não só através do olhar do pesquisador, mas principalmente dos indivíduos que estão/estavam relacionados, de alguma forma, a esses bens. E, por fim, a inclusão de bens de todas as camadas sociais que definiram a história do lugar.

Tais critérios promoveram a reflexão por parte dos pesquisadores, quanto à valorização não somente do palacete em alvenaria, mas também das casas de seus construtores, geralmente rudimentares, em taipa ou madeira tendo que vencer as dificuldades do solo amazônico.

Durante o levantamento, cada relato proporcionou aos entrevistados lembrar o passado e (re) construir imagens que estavam esquecidas, no entanto, dois fatores estiveram intimamente ligados e apontados como causas principais ao desaparecimento dos bens: 1) o desinteresse pela preservação por parte dos donos,

2) a especulação imobiliária tomada como “tiro de misericórdia” às construções antigas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na área de estudo foram levantados apenas 25 bens edificados com autorização e participação dos proprietários, em geral, houveram barreiras impostas pela maioria dos proprietários. Durante esse processo foi notório a ciência da importância do bem quanto ao aspecto histórico local, mas, com a mesma intensidade, foi surpreendente e preocupante o repúdio à aplicação de medidas para preservação, comumente traduzidas pelos locais como tombamento.

Em uma situação de impacto ambiental em núcleos históricos, mesmo sendo AID, há que se atentar não apenas ao impacto visível, mas também à preservação da memória, tarefa difícil, pois preservá-la indica um desdobramento a partir de quem lhe causou o dano e seu o registro para posteridade. Hoje, o EIA/RIMA é um poderoso instrumento regulador dos destinos de uma determinada intervenção, de projetos urbanísticos e arquitetônicos, mas por que não se desenvolvem ações de preservação a partir de tal ferramenta? Ainda assim, a preservação do patrimônio histórico não é apenas uma questão do poder público, mas da sociedade como um todo, desafio a ser superado com ações voltadas ao patrimônio.

A falta de informação eficaz nas falas da maioria dos altamirenses, foi e ainda é concluída com a negativa acerca do tombamento, única ferramenta conhecida no local. Verdadeiramente, quando um imóvel é tombado, todo processo de demolição, reforma ou restauração se torna complexo, inclusive porque quem deve manter o bem é o proprietário. Do ponto de vista destes, nenhum está disposto a dividir sua propriedade com o Estado e muito menos a arcar com eventuais perdas de valor financeiro do imóvel, pois este, se demolido, poderia dar lugar a um edifício de maior valor financeiro. No entanto, é verdade que sem políticas eficientes de uso e manutenção, essas áreas começam a se degradar. O caso de demolições e ruína em Belém, Pará, esta próximo aos altamirenses e são, por vezes, citados como exemplo das ações do tombamento, um equívoco que se tentou reverter por muitas vezes. Assim, a especulação imobiliária aproveita e desequilibra as forças no momento de uma decisão de preservação, pois, infelizmente, o mercado imobiliário brasileiro ainda é conservador e mal-informado e vê edifícios que deveriam ser tombados ou preservados como “empecilhos” à sua atuação.

Os resultados dos impactos imobiliários foram comprovados nas falas abaixo:

“Não pagam para conservar e é caro. Se eu ganhasse na mega comprava a casa pra ela e voltava a morar lá e voltava do jeito que era. Os preços são de especulação, se alguém comprar vai ser pra derrubar. As famílias não valorizam, vão querendo casas com vidro, lajota, sacada, não tem consciência às vezes dá pros filhos e eles revendem, as pessoas que alugam furam, modificam nem avisam apesar de pedir, eles não escutam.” (Informação verbal)²

“Os outros vem e tomam conta do que é dele {do proprietário}, não pode fazer mais nada na casa, aí a organização ou entidade, sei lá o que, não ajuda a conservar, nem apoio financeiro para voltar ao que era. Em Belém o patrimônio histórico cai tudo, vejo muitas casas caindo e ninguém faz nada. Aí a cidade cresce, chega muita gente e como faz? Tinha que ter apoio pra conservar do jeito que era.

² Sra. Maria Luíza Veras Caetano, proprietária de um casarão de dois pavimentos na Zona Central Histórica de Altamira. A casa foi fracionada e alugada para restaurantes. Altamira, 14/4/2014).

Altamira pegou um desenvolvimento, quem tem dinheiro derruba e faz apartamentos pra atender o pessoal que chega, ou vira restaurante, uma ou duas lojas pra cima. A família melhora e vai mudando.” (Informação verbal)³

“Não quero esse negócio de tombamento aqui não. Já passaram aqui, uma moça do ‘ipam’ eu acho {IPHAN} falando disso e eu mandei ela falar com meu irmão, ele foi até grosso com ela. Mas não aceito, o governo toma a casa de você, uma coisa que era sua não vai ser mais, não pode mudar nada, eu sei que aqui em Altamira tem umas casas que são tombadas e ninguém pode mexer nelas. Não!” (Informação verbal)⁴

Um exemplo recente aconteceu com o casarão Brasília, no bairro de mesmo nome. Trata-se de uma edificação com mais de cem anos, segundo os altamirenses, que foi parte de um engenho, cujo proprietário era grande comerciante local no início do século XX. A casa esteve fechada por anos até que seu último dono a locou para um empresa de ônibus que atenderia à demanda da hidrelétrica. O novo uso promoveu uma reforma, sem especialistas, que resultou em fechamento de vãos, substituição das telhas originais (feitas ‘nas coxas’⁵) por outras em fibrocimento, fechamento de ambientes ou redivisão interna e desmatamento da grande área lateral para estacionar a frota de veículos. Dos altamirenses, a única pessoa que reclamou diretamente ao proprietário foi uma senhora, parente distante do senhor de engenho, alegando falta de respeito com um bem que foi tão bonito outrora.

Procurando diminuir a desinformação, simultâneo ao registro arquitetônico, a equipe de arquitetos buscou sensibilizar quanto à importância daqueles bens erguidos, quanto aos trâmites do tombamento e possíveis financiamentos por parte do governo, no entanto, permanecem inculcados apenas os prejuízos que ferramenta possa trazer. Uma vez que Altamira não possui fatura arquitetônica como outras cidades brasileiras, o pouco que tem ainda não é cuidado, sendo necessárias ações patrimoniais eficazes e contínuas.

CONCLUSÃO

Assuntos ligados à preservação estão mais presentes em comunicações formais ou informais, saindo cada vez mais do campo técnico/acadêmico em direção às esferas populacionais, o que não indica a um caráter zeloso em relação aos bens.

Em Altamira, infelizmente não se teve o tempo hábil para desenvolver estas ações de forma contínua e formal. No entanto, neste trabalho foi notório que a educação voltada ao patrimônio, desenvolvida de forma a se fazer entendê-lo quanto a seus aspectos é uma das primeiras ferramentas na tentativa de preservação, em especial dos bens edificados, agregando proprietários e munícipes como os agentes que indicarão o chamado espírito do lugar, ou seja, o *genius loci* relacionado à identidade forte como propõe Kholsdorf (2012).

Ainda:

Restringir a decodificação de símbolos patrimoniais a grupos intelectualmente privilegiados é evitar o exercício da cidadania através da construção da memória popular. Expor à percepção das

³ Sr. Delciney Neto de Menezes, proprietário de uma casa antiga na Zona da Orla de Altamira. Removeu ornamentos da fachada para evitar tombamento. Altamira, 14/4/14).

⁴ Sr. Eleno Moura, herdeiro de uma casa de dois pavimentos destacada pelos azulejos portugueses da fachada, na Zona da Orla de Altamira. Não permite nem mesmo fotografias da casa. Altamira, 14/4/14).

⁵ Termo utilizado no passado para as telhas coloniais, devido estas possuírem formatos irregulares por serem moldadas nas coxas dos escravos.

populações esse tipo de símbolo, deve ser o objetivo das ações de preservação". (KHOLSDORF, 2012, p.58)

Partindo deste princípio, o tombamento se tornaria o último dos meios a ser usado na efetivação de salvaguarda. Trabalho árduo e longo, mas imediato.

Outra medida é manter o bem em uso, envolver todos os segmentos populares, ouvir suas percepções sobre cada bem, de forma a identificar e fortalecer sua representatividade dentro daquele meio. Explicar o que são bens patrimoniais, para quem preservá-los e como fazê-lo, são perguntas para defesa no momento de ameaça. Sobretudo, acionar os órgãos patrimoniais na tentativa de fortalecer e fazer-se cumprir as leis brasileiras e, caso não exista, criar um conselho de defesa do patrimônio, que agregue representantes sociais e políticos, de acordo com suas disposições.

Na medida em que cada pessoa age como responsável pela preservação da cultura como testemunho das atividades humanas, teremos muito no que nos inspirar para fundamentar ações sócio-culturais futuras.

Ao destinar as edificações para usos comuns e úteis para a população local, como habitação, campus universitário, áreas de lazer etc., o patrimônio edificado deixa de ser considerado um elemento alheio aos cidadãos e passa a ser visto como um potencial para o desenvolvimento local, não atrelado somente ao turismo, a eventos culturais e à exaltação do próprio patrimônio, como museus, lojas de artesanato, receptivo de turistas, restaurantes sofisticados etc. Não que estas opções sejam excluídas, mas sim, deixou de ser exclusividade.

Sabemos que há muito que conversar, experimentar e desenvolver, a continuidade do pensamento é fundamental, mas as ações são urgentes.

REFERÊNCIAS

BESSEGATTO, Mauri Luiz. **O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas**. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A preservação da identidade dos lugares**. In ARQADIA: revista eletrônica do curso de Arquitetura & Urbanismo. Instituto de Ensino Superior Planalto – Faculdades Planalto. Departamento de Arquitetura & Urbanismo. – v.1, n.1, 2012. Disponível em: http://issuu.com/iesplan/docs/revista_-_arqadia_-_revisada/51. Acesso: Agosto 2014.

LEMONS Carlos Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. 3ª Reimpr. da 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos.

LEMONS Carlos Carlos Alberto Cerqueira. **O que é arquitetura**. 2ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2010. Coleção Primeiros Passos.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boga e UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. **Altamira e sua história**. 4ª Ed. Belém: Ponto Press, 2012.

TECHNUM Consultoria. Altamira **Plano Diretor** – Processo de revisão do plano diretor do município de Altamira-PA. Volumes. I e II. Dezembro 2010.

VALERA Antônio Carlos. **A divulgação do conhecimento em arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências**. In: Práxis Archaeologica3. 2008 p.9-23. Disponível em: http://www.praxisarchaeologica.org/issues/2008_0923.php>>. Acessado em Agosto 2014.